

Memórias do Rio de Janeiro do início do século XIX (1808-1821)

PRISCILLA SOARES GONÇALVES *

Este trabalho visa analisar a construção da imagem da cidade do Rio de Janeiro na perspectiva de Luís Gonçalves dos Santos, conhecido popularmente como Padre Perereca. Enfocaremos sua obra, *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, para compreender o cenário “inventado” pelo Padre Perereca e compreender seu discurso. As descrições das Memórias se concentram nos anos de 1808 a 1821, período em que a corte portuguesa permaneceu nos trópicos. Analisaremos as transformações sociais feitas pelo Príncipe D. João que tornaram o ambiente da cidade áulico e “civilizado” digna de receber uma corte europeia nos trópicos, de acordo com a perspectiva do Padre Perereca.

Palavras-chave: Luís Gonçalves dos Santos – Padre Perereca – Rio de Janeiro – D. João VI

Memories of Rio de Janeiro in the early XIX century (1808-1821)

This paper aims to analyze the construction of the image of the city of Rio de Janeiro in perspective Luís Gonçalves dos Santos, popularly known as Father Perereca. We will focus on his work, to serve *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* to understand the scenario “invented” by Father Perereca and understand your speech. Descriptions of Memories focus in the years 1808 to 1821, during which the Portuguese court remained in the tropics. Analyze the social changes made by Prince D. João, who became the city’s environment aulic and “civilized” worthy of receiving a European court in the tropics, according to the perspective of Father Perereca.

Keywords: Luís Gonçalves dos Santos – Padre Perereca – Rio de Janeiro – D. João VI

* Mestre UFRRJ

A proposta desse artigo foi inserida junto a análise das *Memórias para servir ao Reino do Brasil*, escrita por Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), também conhecido como Padre Perereca e composta em dois volumes. *Memórias* marcadas pelas características e pensamento do início do século XIX, através de uma visão católica e a favor da monarquia que era legitimada pela Igreja. Assim, as *Memórias* acabaram por serem aceitas como a versão dos fatos que faziam uma propaganda positiva do monarca e de seu governo, visão de uma sociedade que seguia (ou tentava) os parâmetros europeus.

Muitos historiadores ao tratar acerca dos assuntos referentes ao período joanino utilizam às *Memórias* como fonte fundamental, pois estas constituem um acervo riquíssimo nos detalhes das festas, comemorações e grandes acontecimentos da época. A constituição das *Memórias* iniciou-se com notícia da transladação da corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi uma manobra inteligente e feliz, tida como uma medida estratégica e não covarde, segundo o historiador Oliveira Lima. Em 1803, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que se tornaria mais tarde o conselheiro ultramarino e nomeado Conde de Linhares, já havia se dirigido ao príncipe sugerindo a mudança da monarquia para o império no Brasil, devido as suas dimensões territoriais.¹ A ideia da retirada mantinha a resistência lusa e seu monarca no governo. O certo é que em novembro de 1807, fugindo da invasão do exército napoleônico, o príncipe regente D. João juntamente com seus familiares, sua corte e funcionários seguem com destino ao Rio de Janeiro, transformando a cidade na nova sede da monarquia. A decisão de transferir a corte em meio a uma crise diplomática baseou-se numa visão do potencial do Brasil. Os esforços da metrópole para isolar o Rio de Janeiro e seus habitantes dos efeitos da revolução terminaram com a chegada da corte real exilada.²

Durante treze anos, a cidade do Rio de Janeiro tomou o papel de Lisboa e transformou-se no centro do mundo português. Era inédito o fato de um monarca europeu visitar um território colonial e transformá-lo em sua residência. As hierarquias sociais, culturais e econômicas foram trazidas junto com a corte. Consequentemente, a transferência de D. João fez com que o “antigo sistema colonial” chegasse ao seu fim. Era o monarca identificado como elemento que constituía o centro político, o que explicava a possibilidade de transferir a corte real – como o monarca podia transcender a todas as partes dos seus domínios, podia residir em qualquer um deles, segundo a historiadora Kirsten Schultz.³

Mas, a transferência da corte também colocava em jogo a legitimidade da autoridade real portuguesa. Dessa forma, nos propomos nesse trabalho a analisar como as *Memórias para servir ao Reino do Brasil*, escritas pelo Padre Perereca serviram como apoio e legitimação da imagem monarquia portuguesa e do soberano no Brasil e o significado dessa imagem da cidade que ele via ou queria ver.

Preparar o Rio de Janeiro para tornar-se sede do governo português não era uma tarefa fácil. Afinal, em 1808, o Rio ainda era uma cidade pequena e seu núcleo era centralizado entre os quatro principais morros: do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Porém, o ponto central da cidade ficava nas proximidades do morro do Castelo, pois na colonização da cidade era um ponto estratégico para a defesa local. A cidade era dividida em quatro freguesias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. E, tinha aproximadamente, 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos.⁴ Vários logradouros sugeriram do aterramento de brejos

1 Manuel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. São Paulo: José Olympio, 1996. p. 43-44.

2 Kirsten Schultz. *Versalhes Tropical*. Império, monarquia e corte real no Rio de Janeiro 1808-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 25.

3 Idem, p. 15.

4 Gastão Cruls. *Aparência do Rio de Janeiro*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. p. 238.

e mangues, e a terra batida e desnivelada faziam buracos nos quais se acumulavam detritos, tornando as ruas imundas e mal cheirosas. Este problema só era amenizado com chuvas, que variavam naturalmente os detritos até o mar. Assim, o Rio de Janeiro que era uma cidade colonial, deveria se transformar na mais europeia das cidades nos trópicos para que fosse digna de receber o primeiro soberano a colocar os pés na América.

Por outro lado, essa transformação foi moldada a partir dos parâmetros da sociedade colonial marcada pelas diferenças culturais e de cor, e a forte presença da escravidão. O processo de europeização do Novo Mundo deveria tornar a capital colonial em “civilizada” e erradicar os vestígios do passado colonial mesmo com a permanência da escravização dos negros. Ao transformar o Rio de Janeiro em residência real algumas alterações na infraestrutura da cidade tiveram que ser feitas como a construção do Teatro Real, áreas aristocráticas, a liberação da imprensa, das academias e abertura da Biblioteca Real. O órgão responsável por garantir a ordem da cidade e europeizar o ambiente urbano era a Intendência Geral de Polícia.

As *Memórias* do Padre Perereca foram arranjadas em ordem cronológica divididas em três épocas: na primeira – da Felicidade, contém a narração da chegada da Família Real e suas corte, bem como os festejos relacionados a esta comemoração, como D. João foi recebido no Rio de Janeiro e os anos que se seguiram da regência de D. João no Brasil; na segunda época – da Honra, inicia-se com a descrição da Elevação do Brasil a Reino-Unido de Portugal e Algarves em 1816. E por fim, a terceira época – da Glória, encontra-se a descrição da aclamação de D. João VI, sendo o primeiro rei aclamado no Novo Mundo no dia 6 de fevereiro de 1818. Além dessa grande comemoração, essa época das *Memórias* ainda conta o relato do casamento do príncipe D. Pedro, além de nascimentos e mortes, dentre elas as quais se foi destacado o falecimento de D. Maria I, e termina com o regresso de D. João para Portugal.⁵ O principal foco das *Memórias* são as solenidades faustosas, a importância das cerimônias religiosas nas festas reais, os dias de gala, batizados, cortejos, procissões e etc.

A Trajetória de Luís Gonçalves dos Santos e suas *Memórias*

Luís Gonçalves dos Santos era filho do português José Gonçalves dos Santos e da brasileira Rosa Maria de Jesus, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 25 de abril de 1767 e foi batizado em 6 de maio deste mesmo ano na Igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito, catedral do bispado nesse período. Seu pai trabalhava como ourives de prata, mas também era conhecido como ensaiador de peças de ouro. Porém, quando declinou na profissão, retirou-se para Suruí, no recôncavo do Rio de Janeiro.⁶

Seguindo as informações do Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, aos sete anos estava matriculado na escola de primeiras letras e, segundo seu mestre José Pinto, rápidos foram os progressos. Após cinco anos já cursava filosofia, cujas aulas assistiu com Jorge Furtado de Mendonça, professor de aula régia que residia na Rua do Sabão, o qual depois de quatro anos o atestou para o ingresso nos estudos superiores. Em 1782 foi cursar filosofia no convento de Santo Antônio com o padre-mestre frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, religioso do Convento de São Francisco em São Paulo que veio a falecer no Rio de Janeiro em 02 de dezembro de 1817 – foi neste local que o Padre Perereca passou seu último ano se dedicando aos estudos teológicos dogmáticos. Com ainda 18 anos, tornou-se discípulo do professor de grego Marques Pinto, o qual

5 Luís Gonçalves dos Santos. *Memórias para servir à História do Brasil*. v.1. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 34.

6 Noronha Santos. 'Apresentação' In: Luís Gonçalves dos Santos. Idem. p.20.

se orgulhava da inteligência e aproveitamento de Luís Gonçalves dos Santos. Nesse período, Luís Gonçalves dos Santos traduziu as orações de Esquinos e Demóstenes, assim como já praticava a leitura da obra de padres gregos. Recebera aulas de retórica, poética e geografia de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, poeta lírico e membro da Arcádia Ultramarina que já havia sido preso em 1794 por ordem do vice-rei conde de Resende e ficara condenado na fortaleza da Conceição. Em 1789 ingressara no curso de filosofia racional e moral do professor Agostinho Correa da Silva Goulão, diplomado em Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1775, advogado e eleito deputado (não assumindo, contudo, o cargo). Fora dele quem o Padre Perereca ocupou o lugar na cadeira régia mais tarde.⁷

Em 1794, Luís Gonçalves dos Santos recebera ordens sacras e após dois anos tornara-se presbítero cantando a primeira missa no dia do Espírito Santo. Fora escolhido como professor do Seminário da Lapa por D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco por sua ilustração e exemplo de conduta. Depois da morte de Manuel Felício da Rocha, Luís Gonçalves dos Santos foi promovido por D. João na cadeira de Latim nomeado por carta régia de 5 de junho de 1809 como professor de gramática latina e chegou a dar aulas para pessoas ilustres na época como o eclesiástico Januário da cunha Barbosa e o matemático Antônio José do Amaral. Segundo Noronha Santos, pouco tempo depois Padre Perereca também participava do Senado da Câmara.⁸ Ele "era um dos sacerdotes mais cultos do seu tempo. Sabia grego, latim e hebraico. Conhecia francês, italiano e espanhol".⁹ Segundo Vicente Tapajós, dentre as honrarias simbólicas características da sociedade de Antigo Regime, o Padre Perereca foi Presbítero do Hábito de S. Pedro, cônego da Capela Imperial, recebeu a honra de Cavaleiro da Ordem de Cristo e pertenceu à Academia de Ciências de Lisboa.¹⁰

Após 17 anos de carreira e já afetado pela surdez, em 1825, o Padre Perereca implorou a D. Pedro I a sua aposentadoria, o que o impedia de exercer os ofícios do magistério.¹¹ No ano de 1839, Luís Gonçalves dos Santos ingressara no Instituto Histórico e Geográfico como sócio honorário. Segundo Noronha Santos, nesse mesmo ano ele já havia sido nomeado cônego prebendado pela carta imperial de 4 de novembro. Sua aparência não era das mais admiradas, pois Luís Gonçalves dos Santos era homem de baixa estatura, com rosto comprido e lábios grandes, seu nariz era grosso, a testa larga e os cabelos finos e brancos pela idade. Era muito magro e seus olhos grandes e brilhantes eram aliados a sua voz fina e estridente, tornando-o antipático ao convívio social. Porém, essas características lhe renderam o apelido de padre Perereca, pelo qual até hoje é geralmente conhecido. Falecera no dia 1 de dezembro de 1844, às 14 horas, com 77 anos e fora sepultado no dia seguinte em catacumba da igreja de S. Pedro, irmandade a qual passou a fazer parte a partir do dia 6 de maio de 1795 e onde fora tesoureiro dos clérigos pobres.¹²

Sabemos muito pouco acerca da biografia e da trajetória de Luís Gonçalves dos Santos, também conhecido como Padre Perereca. Encontramos apenas um artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro escrito pelo sócio efetivo do mesmo instituto, o Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que fala da vida e obra do Padre, lido na sessão de 8 de outubro de 1861 e publicado em 1862. No início do artigo, Fernandes Pinheiro falava que o Padre

7 Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. *O cônego Luís Gonçalves dos Santos*. Sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: IHGB, Tomo 25, 1862. p. 163-165.

8 Noronha Santos. *Op. cit.*, p. 30

9 Vicente Costa Santos Tapajós. 'Padre Perereca'. In: *Dicionário Bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. v.6. Rio de Janeiro: IHGB, 1998. p. 141.

10 Vicente Costa Santos Tapajós. "Padre Perereca". In: *Dicionário Bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, v.6, 1998, p. 141.

11 Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. *Op. cit.*, p. 165.

12 Idem. p. 166.

Perereca era um dos membros mais ilustres do instituto. Porém, no fim do artigo o autor critica o padre dizendo que não são por certas as *Memórias* e nem continuam a elegância e sobriedade de linguagem “nem um sopro de filosófico anima as páginas donde espavorida a crítica”¹³ com muito exagero nas descrições. Na visão de Fernandes Pinheiro (1825-1876) “faltavam dotes de historiador: copilador infatigável, nunca devera passar de cronista” e que para ser um historiador teria que selecionar melhor os fatos, segundo a visão oitocentista de História. Já a introdução das *Memórias* escrita pelo historiador Francisco Agenor de Noronha Santos (1876-1954), publicada em 1981 nos forneceu as mesmas informações biográficas que encontramos no artigo de Fernandes Pinheiro, porém com nenhuma crítica e mais homenagens devido à comemoração da publicação. Ainda encontramos um pequeno verbete sobre a biografia do Padre Perereca escrito pelo historiador Vicente Tapajós (1914-1998). Por isso, devido à escassez de informações acerca da biografia do Padre Perereca, não conseguimos nem se quer uma ilustração de sua pessoa. Ainda em vida, o Padre Perereca foi um escritor conhecido, porém a publicação que lhe deu certo destaque foram as suas *Memórias*, uma importante fonte histórica de fatos narrados que ele mesmo presenciou durante a permanência da Família Real no Brasil (1808-1821), e ofereceu com o discurso aos habitantes do Brasil, pois suas *Memórias* foram lançadas após a independência (1822) como um discurso de autoafirmação e legitimação dos benefícios trazidos pela monarquia portuguesa ao Brasil e em defesa dos interesses nacionais.

“Ofereço, portanto, aos meus nacionais, não a História do Brasil (...) mas sim, umas Memórias, arrançadas pela ordem cronológica, afim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda não se escreveram, por cujo motivo intitulei Memórias para servir a história do Brasil. (...)”¹⁴

Percebemos no trecho acima o Padre Perereca estava, num certo sentido, forjando uma identidade áulica para os habitantes do novo império, já que a publicação foi feita somente em 1825, quando o Brasil já havia se tornado independente. Para entendermos melhor a importância das *Memórias* naquela época recorremos aos estudos de Pierre Nora que afirma que a memória é “inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações (...) um elo vivo no eterno presente”, ela surge para a união de um grupo, no nosso caso, para a união dos habitantes do Brasil.¹⁵ Na perspectiva de Michel Pollak, *memória* é uma operação coletiva dos fatos do passado que se quer salvar. Assim, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis”.¹⁶

Memórias como as do padre Perereca são classificadas, no século XIX, como escritos “não-ficcionais”, pois estão associadas às “descrições” de um fato ocorrido. Porém, não podemos excluir as diversas possibilidades intrínsecas através do relato descrito do acontecimento que lhe interessa relatar ao público leitor. No início do século XVIII., o “*Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico*” de Rafael Bluteau, definiu a *Memória* como a “faculdade da alma a qual se conserva as espécies de passadas e por meio da qual nos lembramos do que vimos e ouvimos.”

13 Idem. p. 168.

14 Noronha Santos. *Op. cit.*, p.34.

15 Pierre Nora. 'Entre Memória e História: a problemática dos lugares'. *Projeto História*. n. 10. São Paulo, 1993. p. 9.

16 Michael Pollak. 'Memória, Esquecimento, Silêncio'. *Estudos Históricos*. vol. 2, n.3. Rio de Janeiro, 1989. p.9.

¹⁷ Ela é caracterizada como tesoureira por guardar todas as nossas lembranças. “Livrinho, em que deixamos apontados o que queremos lembrar (...) também chamam alguns autores modernos os livros em que dão conta as negociações próprias ou alheias das quais foram testemunhas de vista”. A preocupação da narrativa de tal acontecimento, a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, fora tida também por outros contemporâneos a Luís Gonçalves, principalmente os viajantes¹⁸, o que nos faz ter diferentes perspectivas sobre o período. Entretanto, o “*Dicionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*”, cuja primeira edição foi publicada na data de 1789 e a segunda de 1813 por Antônio Moraes, definiu que a *Memória* também significava “escritos de narrações políticas”¹⁹, temática que as *Memórias* do Padre Perereca também abordam. A versão contada nas *Memórias* de Luís Gonçalves dos Santos foi a legitimada e tomada pelo governo como a verdadeira história dos tempos de D. João, tornando até os dias de hoje, um dos mais importantes relatos do período. É importante deixarmos claro que não é de nossa pretensão aprofundar nossos estudos sobre a carreira política de Luís Gonçalves dos Santos no período em que atuou na câmara, mas nosso trabalho é aprofundar as questões inseridas em suas *Memórias* perante o contexto da época.

A publicação impressa das *Memórias* foi feita pela Tipografia Régia de Lisboa no ano de 1825 com a devida licença da Mesa do Desembargo do Paço que era exigida na época. Cremos que a publicação foi lisboeta porque o Padre pertenceu à Academia Real das Ciências de Lisboa.²⁰ Entretanto, o ano da publicação foi que nos deixou com certa dúvida, pois não se tratava de uma homenagem à independência que fora em 1822 e nem a morte de D. João, que veio a falecer em 1826. Por isso, pesquisamos nos volumes originais se havia alguma indicação sobre o motivo de ter sido nesse ano em especial, mas encontramos apenas algumas páginas em falta por terem sido arrancadas por visitantes, cremos. O título completo de sua obra é *Memórias para servir a História do Reino do Brasil dividida em três épocas da Felicidade, Honra, e Glória; escritas na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1821, e oferecidas a Sua Majestade El Rei Nosso Senhor o Senhor D. João VI pelo P. Luiz Gonçalves dos Santos*. A obra está dividida em dois tomos e em três épocas ou partes. A primeira época foi chamada de *Felicidade* ou *Narração da chegada de Sua Alteza o Príncipe Regente, Nosso Senhor a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, capital da América portuguesa, no sempre memorável Dia 7 de Março do ano de 1808, e como foi recebido pelos seus leais vassallos moradores da mesma cidade*. Essa felicidade está relacionada com o fato de ter um soberano europeu em terras tropicais trazendo o maior *status* para a cidade e para os que aqui habitavam. Nessa descrição, o Padre Perereca falava a todo o tempo na alegria que o povo sentia em servir a realeza ou na organização de eventos para com essa.

17 Raphael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino*. aulico, anatomico, architectonico ... v.5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. p. 414-418.

18 Dentre os principais viajantes, podemos citar os relatos mais conhecidos e publicados como: Jean Baptiste Debret. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. v.1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. John Luccock. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1942. John Mawe. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. Maria Graham. *Diário de uma viagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990. Johann Moritz Rugendas. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987. Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938. Martius Spix. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976; T. Von Leithold, L. Von Rango. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos*. São Paulo: Companhia Nacional, 1966. Thomas O’neil. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

19 Antonio Moraes Silva. *Dicionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. v.2. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p.286.

20 Vicente Costa Santos Tapajós. *Op. cit.*, p. 141.

Seguindo a ordem cronológica como colocou o Padre Perereca, a segunda parte foi nomeada como *Honra do Brasil* poderia também ser chamada de *Abreviada exposição da elevação do Estado do Brasil à graduação de Reino, do falecimento de S. M. F., a Senhora D. Maria I, da chegada de S. A. R. Arquiduquesa D'Áustria esposa do Sereníssimo Senhor Príncipe Real, e outros notáveis acontecimentos até o dia 6 de Fevereiro de 1818*. Nesse momento, o Padre Perereca descreve o sentimento de honra e gratidão devido à elevação do Brasil a Reino, como forma de reconhecimento de “bons” súditos que os habitantes do Rio de Janeiro eram. Assim, novamente o *status* da cidade subia, pois lhe foi acrescentado esse outro título que, nesse caso, nos parece que servia mais como um bem simbólico do que material.

A terceira e última época foi chamada de *Glória do Brasil* ou *Notícia da gloriosa aclamação de Sua Majestade fidelíssima o Senhor D. João VI, dos nascimentos da Sereníssima Princesa Maria da Glória, e do Sereníssimo Senhor Príncipe D. João Carlos, e de muitos sucessos, que ocorreram até 26 de Fevereiro de 1821, em qual S. M. El Rei Nosso Senhor se dignou a sancionar a Constituição da Monarquia Portuguesa*. Nessa época, Padre Perereca se comporta como bom vassalo, pois não via o retorno de D. João como uma derrota ou grande perda para o Brasil. Mas demonstra uma certa tristeza quando não descreveu mais detalhes sobre o ocorrido e encerra suas *Memórias*.

Além da publicação das *Memórias para servir ao Reino do Brasil*, em dois volumes, o Padre Perereca chegou a publicar outros trabalhos, porém em sua maioria sobre assuntos religiosos²¹ e políticos²². Segundo Noronha Santos, o estudo bibliográfico do Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro²³, publicado pela Revista do Instituto Histórico, faz referência de outros escritos que

21 *A Voz da Verdade, da Santa igreja católica, confundindo a voz da mentira de amante de humanidade, para sedativo de efervescência casamenteira dos modernos celibataristas*. Rio de Janeiro, 1820. (Série de 16 cartas sobre as primeiras eras do catolicismo, opinando a favor do celibato clerical); *A impiedade confundida ou refutada da carta de Talleyrand – escrita ao Papa Pio VII*. Rio de Janeiro, 1820. (Teve segunda edição em Pernambuco em 1838, segundo Noronha Santos); *Exame ortodoxo que convence de má fé, erro e de cima a análise da reforma do Exmo. E Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano da Bahia – feita pelo Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel*. Rio de Janeiro, 1825; *O celibato clerical e religioso defendido dos golpes da impiedade e da libertinagem dos correspondentes da Astréia – com apêndice sobre o voto separado do Sr. Padre Feijó*. Rio de Janeiro, 1827. (Essa publicação teve resposta do Padre Feijó em 1827, o qual dizia que o Padre Perereca estava falando absurdos); *Réplica Católica à resposta que o reverendo Sr. Deputado Diogo Antônio Feijó deu ao livro Celibato clerical e religioso*. Rio de Janeiro, 1827; *Apologia dos bens religiosos do Império do Brasil contra o plano dos usurpadores*. Rio de Janeiro; *Setenário das Dores de Maria Santíssima*. (Segundo Noronha Santos, ele encerra a obra com uma poesia de Eloi Otoni); *Desagravo do clero e do povo católico fluminense ou refutação às mentiras de um impostor que se intitulou missionário do Rio de Janeiro e enviado pela Sociedade Metodista episcopal de Nova York – para civilizar e converter ao cristianismo os fluminenses*. Rio de Janeiro, 1837. (Nesse caso, o padre se referia a Daniel Parish Kidder); *Análise do anúncio do vendedor de Bíblias*. Rio de Janeiro, 1838; *Discurso sobre a conferência dos bispos, no qual se examina a matéria pelos princípios canônicos etc. – pelo cardeal D. Pedro Inguanzo rivero – Traduzido de espanhol*. Rio de Janeiro, 1840; *O católico e metodista, ou refutação das doutrinas herética se falsas que os intitulados missionários do Rio de Janeiro, metodistas de Nova York tem vulgarizado nesta Corte – a que se junta uma dissertação sobre o direito dos católicos de serem sepultados nas igrejas e seus adros*. Rio de Janeiro, 1838; *Espírito da Bíblia ou moral universal cristã – tirada do antigo e novo testamento – escrito em italiano pelo abade A. Martini e traduzido em espanhol e acrescentado etc*. Rio de Janeiro, 1840; *A fé católica e o símbolo dos católicos – provado e explicado pelas santas escrituras do novo testamento, precedido de conferências e discursos exprobatórios e de uma introdução demonstrativa*. 3 tomos. Niterói, 1847.

22 *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa, em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu em sua carta, em resposta ao compadre de Belém – pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que a oferece e dedica aos seus patrícios*. Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. (estes relatam injúrias escritas em Portugal contra o Brasil. Segundo Noronha Santos existe outra edição corrigida e aumentada que foi publicada em 1822 pela Tipografia Nacional); *A impostura desmascarada ou resposta que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do Rio S. Francisco do norte*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821; *Resposta analítica a um artigo do “Português Constitucional” em defesa dos direitos do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: tipografia Nacional, 1822. (Publicada com o pseudônimo Fluminense); *O Campeão de Português em Lisboa, derrotado por terra, a golpes da verdade e da justiça por um brasileiro, natural do Rio de Janeiro – Ofertada e dedicada aos amantes da causa do novo Império*. Rio de Janeiro: Tipografia de Torres e Costa, 1822; *O império considerado em suas relações políticas e comerciais por La Veauville – Novamente correta e adicionada pelo autor – Traduzida por “Um brasileiro”*. Rio de Janeiro: Tipografia de Plancher, 1824; *Antídoto Salutífero contra o “Despertador Constitucional” e exorcismo contra o mesmo*. Rio de Janeiro: 1825.

23 *Novenas do Santíssimo Sacramento – Meditações sobre os textos eucarísticos do evangelho (tradução);*

seriam de autoria do Padre Perereca.

Assim, na maior parte das narrativas das *Memórias*, o Padre Perereca ocupou-se em relatar e ressaltar as festas reais de grande importância e as honrarias recebidas pelos súditos de sua época. Isto porque, segundo a historiadora Juliana Gessuelli, as festas eram tão importantes que se previam nas regulamentações das câmaras municipais punições a quem não comparecesse²⁴, como veremos posteriormente em nossa dissertação. Assim, além da fiscalização das câmaras, os festejos públicos foram descritos minuciosamente no jornal da época, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal feito da Tipografia Régia para a divulgação das notícias do Brasil e do mundo, além dos anúncios sobre os serviços prestados na cidade. Devido a essa grande importância das festas reais é que acreditamos que as *Memórias* davam e tiveram seu maior foco nesses eventos públicos, pois eram acontecimentos que fugiam a ordem comum e tinham um papel maior do que do divertimento – tratava-se de um contrato social entre o monarca e seus súditos. Nesse caso, as *Memórias* seriam uma forma de manipulação da imagem de D. João para auto afirmar o amor e a união da monarquia e os habitantes do Brasil? De fato, a presença de uma corte europeia transladada e estabelecida na América chamava a atenção e criava expectativa em todos na época, o que certamente motivou um relato tão detalhado dos anos em que D. João permaneceu no Rio de Janeiro. Portanto, as descrições que Padre Perereca fez acerca da vinda e da permanência da Família Real visavam à construção de um discurso áulico acerca dos fatos ocorridos.

A Cidade Imaginada por Luís Gonçalves dos Santos

Logo no início da sua “introdução” intitulada de *Descrição sobre o Rio de Janeiro*, Padre Perereca evocou os governos que ele cita com grande prestígio: o dos vice-reis marquês de Lavradio, e Luiz de Vasconcelos e Sousa, afirmando que fora sob esses dois governos que o ambiente carioca teve o seu maior progresso em edifícios, abertura das ruas, bem como na extensão de seu comércio, agricultura, alguns ramos da indústria e no aumento de sua população. Para o padre Perereca essas reformas foram o início para o Rio de Janeiro “aformosear-se, engrandecer-se, e a fazer-se mais digna de ser a capital da América Portuguesa.”²⁵ Vemos que a preocupação com a capacidade da cidade ser digna vem nas próprias citações do Padre Perereca e este tentaria com todos os seus esforços retratá-la dessa maneira.

As transformações na cidade começaram dois meses antes da chegada do Príncipe Regente, quando chegara a notícia do exílio, segundo a historiadora inglesa Kirsten Schultz em sua obra “*Tropical Versailles*”. A ideia de tornar-se residência real era motivo de orgulho e assombro, pois exigia a colaboração de muitos e gastos extraordinários. O palácio dos vice-reis fora ampliado, a cadeia tornou-se garagem para as carruagens. Pintura e revestimento das paredes internas com seda também são investimentos citados pela historiadora. De acordo com Schultz, “construir uma corte real significava construir uma cidade ideal”²⁶. Assim, era preciso muito esforço para transparecer a imagem de poder e virtude da magnificência dos governos reais. A imagem projetada era de demonstração de ordem, esclarecimento e progresso. Segundo Schultz, a “perfeição” imposta pelo período era a uniformização estética e cultural, além da redefinição das

Breve exercício em honra do doloroso coração de Maria Santíssima (traduzido do italiano); Inês – comédia; A Congregação do oratório na Casa do Espírito Santo.

24 Juliana Gessuelli Meirelles. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 92.

25 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 36.

26 Kirsten Schultz. *Versalhes Tropical: Império, monarquia e corte real no Rio de Janeiro 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 157.

regas de conduta pública para a diferenciação entre as camadas hierárquicas.²⁷

Uma das primeiras preocupações ao ser confirmada a notícia da transferência da Coroa portuguesa foi onde ficaria instalada a Família Real, ou seja, onde seria o futuro Palácio Real. Sendo assim, segundo o Padre Perereca, o local mais adequado e logo aprontado pelo Conde dos Arcos foi Palácio dos Vice-Reis tornou-se o Palácio Real que estava localizado na praça principal, tinha nove janelas voltadas para o oriente, vinte e quatro voltadas para a praça e a mesma quantidade voltada para o lado oposto. O andar superior continha 12 janelas após as obras do conde de Rezende. Anteriormente só havia quatro, o que para o Padre Perereca o tornou mais vistoso e regular. A entrada era de frente para o mar com três portas, sendo que a do centro era ornada com duas colunas de pedra, e todas tinham três escadas com quatro degraus. O Palácio também era ocupado pela Oficina da Moeda e a Relação. Na rua de trás tinha uma travessa que separa a Casa da Ópera da Cadeia e da Casa da Câmara e uma cavaliária intermediária. Do lado norte do Palácio estavam as chamadas casas dos Teles, dois sobrados não concluídos, que para o padre “muito desfigura esta bela a praça”.²⁸ Desde a esquina do Teles até a Alfândega se segue a Praia do Peixe; esta recebeu esse nome por ficaram instaladas bancas de venda de pescado, mas também poder-se-ia encontrar alguns outros produtos comestíveis. Na Alfândega estava o trapiche da Cidade, mais a frente havia um arco onde as pessoas poderiam atravessar para outras praias. Da Alfândega até o Arsenal da Marinha se encontra a Praia dos Mineiros.²⁹

Uma obra que era vista como majestosa construída durante o governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Sousa foi o Passeio Público. Segundo o Padre Perereca, o Passeio fora construído em cima de uma lagoa que, com muito trabalho, fora aterrada. No local fora colocado um portão de ferro firmado em dois pilares de pedra lavrada onde se via um medalhão de bronze dourado com duas efígies homenageando a Rainha D. Maria I e seu esposo D. Pedro III. Todo terreno era cercado de ruas arborizadas e no fim terminava com um terraço que tinha vista para o mar. Na frente do terraço elevam-se duas agulhetas triangulares e em granito com os dizeres: “Amor ao Rio” e “A Saudade do Rio”. Existiam quatro escadas para subir ao terraço e ficava entre elas uma cascata nos quais estavam dois jacarés de bronze enroscados entre si esguichando água pela boca dentro de um tanque semicircular. No alto havia um coqueiro todo de ferro pintado ao natural com mais de vinte palmos de altura que, segundo o padre, já estava despedaçado (cremos que a maresia vinda do mar tenha corroído o material). Nos dois ângulos deste terraço estavam dois mirantes, o primeiro com a figura de Apolo tocando lira com o teto forrado de pena imitando flores, e o segundo homenageava Mercúrio com o caduceu ornado de conchas, e os seus quadros se referiam a várias oficinas de minerar ouro, diamantes e etc. O Passeio fora o local escolhido em 1786 para as comemorações dos súditos do Rio de Janeiro em prol do casamento de D. João com D. Carlota, um ato público de fidelidade e amor característico da sociedade de Antigo Regime, de acordo com o Padre Perereca.³⁰

Seguindo a trajetória das *Memórias* que nos norteiam nesse estudo, o Padre Perereca dizia que do Passeio Público dava para ver uma praça triangular onde se fundou a igreja e seminário de Nossa Senhora da Lapa, também chamada de Formigões porque os seminaristas andavam com uma sotaina preta e com a capinha da mesma cor. Interiormente comportava cinco andares com talhas em dourado; no seu exterior havia duas torres, porém uma ainda estava inacabada por conta da morte de seu fundador, o padre Ângelo de Siqueira. Depois da Igreja, seguia-se a rua e iam-se casas dos dois lados até certa distância; depois estas passavam a ser construídas apenas

27 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p.158.

28 *Idem.* p. 41.

29 *Idem.* p. 41.

30 *Idem.* p.38.

do lado direito até a ladeira da capela de Senhora da Glória. Um grande monte por trás dessa capela separa a praia do Flamengo e do Catete, onde havia muitas chácaras. Mas, era na praia de Botafogo que estavam situadas boas casas de campo. Muito além da barra viam-se bastante montanhas pela praia de Sacopenapã, depois chamada de Copacabana em homenagem a Santa, segundo Perereca.³¹

Era o Rio Carioca que fornecia a água que era conduzida do Aqüeduto dos Arcos da Lapa e distribuída pelas fontes da cidade. A nascente do rio estava na Serra do Andaraí, localizada nas costas da cidade numa distância de duas léguas. Segundo o padre Perereca, era um lugar de uma vista agradável onde se podiam ver belas casas de campo. ³² Podemos ver também nessa descrição a tentativa de mostrar a capacidade de abastecimento da cidade, sendo colocada como boa e com "belas casas" para ser digna de receber todo o aparelhado cortesão. Atualmente o local tornou-se um dos pontos turísticos mais freqüentados por todos os visitantes que passam pela cidade. Em nenhum momento o Padre cita sobre a necessidade de ampliação do abastecimento de água ou sobre a falta de imóveis na cidade.

Entre os morros de Santa Tereza e do Santo Antônio passava o Aqüeduto dos Arcos sobre os quais passava a água. Entre dois arcos saíam a Rua da Mangueira e Rua Nova dos Arcos, a qual saía a Rua do Lavradio. Mais adiante estava a ladeira de Teresias, que passava por baixo de três arcos na rua ou Estrada Mata-Cavalo. A necessidade do aqüeduto era também por conta da geografia da cidade, cercada por montanhas. A planície da cidade era cercada pelos outeiros do Castelo, Santo Antônio, e Pedro Dias, ao sul, e os de São Bento, Conceição e Livramento, ao norte. No sul estava o Arsenal Real do Exército chamado de Trem. Ele era murado como uma fortaleza e também já havia sido chamado de Santiago. Lá eram guardados todos os petrechos de guerra em armazéns e suas oficinas; do lado esquerdo estava localizada a guarda do vice-rei. Adiante havia um chafariz construído pelo conde de Rezende para atender a tropa e a vizinhança. A cidade, banhada pelo mar, é uma planície cercada de montes isolados com alguns edifícios que realçam sua aparência quando observados de longe, segundo o Padre Perereca. Esses morros formavam a parte principal da cidade.

Com relação ao comércio da cidade, a localização do mercado de retalhos situava-se na Rua da Quitanda, principalmente na esquina com a Rua do Ouvidor, um dos lugares muito frequentados nesse período. Da Rua do Ouvidor até Santa Rita estavam localizadas as lojas que vendiam ouro e prata; por isso, nesse período, a rua era chamada de Rua dos Ourives. ³³

A alimentação dos habitantes podia ser encontrada na direção da praia até a Casa da Ópera, onde se estendiam muitas casas e podia-se encontrar madeira, hortaliças, aves entre outros comestíveis. Na saída da Rua São José encontrava-se um largo que se estendia até a esquina do palácio, atual largo do Paço. A praça se unia ao mar através de um cais, obra do Mestre Valentim ordenada pelo vice-rei Luís de Vasconcelos. O cais tinha peitoris, assentos e uma rampa de pedra lavrada; a obra media em torno cinco braçadas de comprimento. No meio ficava uma torre que terminava por uma pirâmide na qual estavam talhadas as armas reais em mármore com dois rostos, um olhando para o mar e outro olhando para a praça. A fonte lançava a água por três repuxos em três conchas que deixam a água cair sobre os tanques. Esse era um marco, um local de memória que homenageava o vice-rei da época, Luís de Vasconcelos, e o ensejado progresso da cidade. Havia ainda um lado voltado para o mar onde estavam as armas da casa de Vasconcelos com uma inscrição em latim já danificada onde se podia ler somente as últimas palavras onde estava uma

31 Idem. p. 39.

32 Idem. p. 39-40.

33 Idem. p. 45.

espécie de agradecimento à população da cidade.³⁴Abaixo da placa, na muralha inferior, havia duas grandes bicas de bronze onde os navegantes poderiam colher a água de dentro de suas barcas.

Outro local citado pelo Padre Perereca onde poderia se colher água era o Largo da Carioca. Conhecido no Rio de Janeiro até hoje o Largo era quadrado com casas dos dois lados, onde havia uma ladeira para a fonte da carioca que estava na parte plana do chão. Tinha cinco degraus e fachada toda de pedra. Para pegar a água havia onze bicas de bronze. Sua inscrição na época já era ilegível, mas no seu inferior estavam as armas do governador Gomes Freire de Andrade. A água em excesso caía sobre outro tanque, o qual era usado para que os cavalos bebessem e também para lavar roupas.³⁵ A ladeira em linha reta, “calçada e limpa”, dava na Igreja de Santo Antônio. Essa era antiga e foi citada por Luís Gonçalves dos Santos como “pouco agradável, e sombria por dentro”, sendo toda dourada no seu interior. Mas o convento já foi descrito como amplo, agradável e asseado. A enfermaria era ampla, a sacristia continha lindas pinturas no teto, tornando-as douraduras em várias partes. Na opinião do padre Perereca: “Aqui tudo respira magnificência, e riqueza (...)”, se referindo as construções do convento e ao hospital na capela baixa do Largo da Carioca. Da ladeira podia chegar até lá por uma escadaria de pedra, sendo um edifício quadrado de dois andares com janelas e balcões por três lados, pois no quarto estava a encosta do morro. Nesse local, em tempos anteriores, havia a Lagoa de Santo Antônio. Seus sítios e sua Câmara foram doados em 1608 pelo governador para a ordem dos franciscanos.³⁶ Outro local belíssimo, respeitoso para que justificasse a permanência da corte portuguesa, assim vamos notando a existência de mais locais que indicam a boa estrutura da capital colonial no século XIX.

Passemos para o lado fronteiro do Largo da Carioca onde havia duas ruas, uma era a Rua da Vala, que recebia esse nome porque todo o esgoto da Carioca seguia por essa rua até o mar. Nela notava-se a presença de muitos escravos que iam buscar água para as casas de seus proprietários. Nessa rua também havia a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário, pertencente a uma confraria numerosa, e que era toda dourada, com quatro altares e com uma torre do lado esquerdo. A outra rua era a dos Lateiros que terminava na Rua do Rosário. Esta última recebeu esse nome porque se localizava na rua a igreja do mesmo nome, muito conhecida por pertencer a confraria de pretos, ou seja, escravos. A mesma igreja serviu de Sé do Rio de Janeiro por sessenta anos, mas é descrita como “triste e miserável” - cremos que pela presença dos escravos. A parte frontal tinha um grande portal de pedra mármore, mas seu interior “se assemelha mais a um grande armazém, do que a Casa de Deus, apesar de nove altares; pois nem forrada, e assoalhada é; se os altares estão com alguma decência, é por achar-se ali a sede episcopal (...)”.³⁷ A capela-mor, que era uma obra mais recente no período, tinha forro de talha, mas deixava a desejar na obra do retábulo do altar-mor que parecia que não iria ser concluída. Na Rua do Rosário ainda se encontrava a Igreja do Hospício, pertencente a duas irmandades de homens pardos rivais, a irmandade da Conceição e a da Boa Morte. Esta era uma igreja grandiosa e continha três naves, cúpula e lanterna, tinha nove altares, mas somente no altar-mor via-se a talha moderna.

Porém, a igreja que os negros e escravos frequentavam não era a mesma dos brancos. A capela de Nossa Senhora Lampadosa era na opinião do padre Perereca “indecente e pobríssima, que por honra da religião devia-se demolir, e transferir a imagem de Maria Santíssima para a capela de Santa Ifigênia, e incorporar com a desta aquela outra confraria, pois ambas são de pretos-

34 Idem. p. 42.

35 Idem. p. 46.

36 Idem. p. 46-47.

37 Idem. p. 47.

minas".³⁸ Ali perto estava a chamada Casa dos Pássaros, lugar que o vice-rei Vasconcelos havia pensado em estabelecer um museu de História Natural, mas com a retirada desse governante a obra fora suspensa.³⁹

Outro lugar que julgamos importante de ser citado foi o Campo de Santa Ana, atualmente chamado de Campo de Santana. Este era um quadrado bem grande, um areal coberto por ervas rasteiras. Seu comprimento era "do meio-dia ao setentrão 286 braças, e de largura do oriente a poente, 155 (...)"⁴⁰ e cercada por casas dos três lados. A capela de Santa Ana, a qual deu o nome do Campo, era de obra recente, mas estreita e com cinco altares dourados, tendo sido construída através de esmolas dos ouvintes das pregações de domingo a tarde de um missionário barbadinho. Por causa da extensão do Campo, a tropa de linha e miliciania exercitava-se lá, além do local também servir como palco das festas reais, quais trataremos mais adiante. Do lado poente do Campo de Santa Ana estava o Caminho Novo, a Lagoa da Sentinela e o arraial Mata-porcos, no qual fora construída a igreja do divino Espírito Santo, bem como algumas casas até o muro do arraial. De lá se via a serra do Indaí, ou Andraí, como o povo chamava na época. Pela estrada podia-se seguir pelo caminho do Rio comprido ou para o Engenho Velho, onde ficava a freguesia de S. Francisco Xavier, atualmente um bairro da cidade. Nas proximidades estava o terreno da cidade nova que ainda era um grande areal.

A defesa da cidade era feita pelo regimento de milícia, que eram em torno de dez, e pelas fortalezas de Santa Cruz, S. João e Lage. Próximo ao Pão de Açúcar e a Praia Vermelha estava o forte do Leme e o de S. Bento, este último na Ilha das Cobras. Do lado fronteiro da cidade estavam os fortes de Nossa Senhora da Boa Viagem e o Gravatá, e dentro da cidade estava no alto do morro da conceição o forte do mesmo nome. Já a instrução dos jovens era através dos seminários onde estavam os professores de latim, e no de S. José haviam aulas de Filosofia e moral. Ainda existiam aulas régias de Filosofia racional e moral, Retórica, Grego, Desenho e três de Gramática latina, bem como quatro primeiras letras e uma Escola Militar nas freguesias de Artilharia. A administração jurídica era feita pelo presidente e o governador vice-rei, além do corpo composto pelo chanceler, nove ou onze desembargadores, um ouvidor do Crime, um ouvidor da Comarca, um juiz de fora do cível e crime, e um juiz dos Órfãos, além de escrivães e oficiais. O Senado da Câmara era composto por um juiz de fora como presidente, três vereadores, um procurador, um escrivão, entre outros oficiais, e também tinham os almotacéis que serviam apenas de três em três meses. A Fazenda Real era administrada por uma Junta formada pelo vice-rei, quatro ou mais deputados, entre eles um chanceler, um intendente da Marinha e um procurador da Coroa. A Alfândega era presidida por um juiz, um ouvidor e empregados de outras repartições que faziam sua inspeção como, o governador da Casa da Moeda, um intendente militar que regia o Real Trem, outro intendente da marinha e etc. O Governo Eclesiástico mantinha toda uma jurisdição episcopal e em seu topo estava o bispo e seu previsor, e um vigário geral; para a expedição existia um escrivão da Câmara eclesiástica, um Contencioso e Resíduos, um promotor, um meirinho-geral e alguns escriturários. Por fim, havia os negócios da Bula da Santa Cruzada que eram administrados por um vice-comissário, um delegado do comissário-geral de Lisboa, e de todo Reino de Portugal, e seus Domínios, um tesoureiro e um escrivão. Ou seja, a cidade ainda estava bem preparada militarmente para que a corte permanecesse sã e salva em seu império nos trópicos e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro.

38 Idem. p.48.

39 Idem.

40 Idem.

Com a vinda da corte, a Câmara dos Vereadores acabou assumindo como papel principal a função a organização das festas. Isso porque governadores e vice-reis já interferiam na gestão da cidade, na doação de terrenos pertencentes às sesmarias, atropelando as funções administrativas que os vereadores deveriam gerir. Até o intendente geral de Polícia colidia e sobrepunha as funções que deveriam ser da Câmara como o abastecimento de água potável para a população, a construção de calçadas, a abertura de valas e normas para as construções de edifícios, especificando os elementos que poderiam ser colocados nas fachadas. E, com a chegada da Coroa, não foram repassados para a Câmara os impostos da Décima Urbana, tornando os vereadores em pedintes de verbas junto às autoridades reais para realizarem obras propostas por eles ou solicitadas pela população. As pessoas que tinham maior proximidade com membros da corte também utilizavam esse atalho, esvaziando o papel da Câmara como gestora da cidade. Com a falta de recursos para a realização de obras e sem poder político, os vereadores eram convocados para casos que era obrigatória a participação da Câmara, transformando-se em legitimadores das decisões tomadas pelo intendente-geral ou pelos secretários do Estado. Dessa forma, os vereadores converteram-se em autores de posturas, em grande parte para atender a cúpula da corte real e de organizadores das festas oficiais da cidade ou eventos propostos pelos cortesãos.⁴¹

No decorrer de suas descrições, sobre a cidade o Padre Perereca não falava muito sobre os hábitos da população, mas a descreve como muito feliz e alegre por ter um soberano nos trópicos. Todos trabalham e realizam suas tarefas sem reclamar, tudo em prol do soberano que era atrelado a figura do pai e os súditos retratados como se fossem seus filhos obedientes. Outro fato não citado pelo Padre Perereca é a impressionante natureza descrita pelos imigrantes, certamente porque ele já devia estar habituado com a paisagem da vasta vegetação porque sempre viveu no Rio de Janeiro.

As Memórias da Família Real no Rio de Janeiro na perspectiva do Padre Perereca

Logo, na introdução de suas *Memórias*, o Padre Perereca demonstrava o espanto de ter uma corte nos trópicos colocando que “Havendo eu tido a felicidade maior de ver, o que jamais pensei, nem esperei ver na minha vida, o augusto soberano com sua família Real, parte da corte (...) desembarcando nas praias do Brasil (...)”⁴², sendo a maior honraria para um vassalo que vivia nos trópicos e tornando o dia 8 de março de 1808 uma data memorável. Para o Padre Perereca, a vinda de D. João e sua corte colocariam “uma nova ordem nas coisas” e um “novo sistema político”. Sobre a notícia da vinda, ele afirma que: “Se grandes eram os motivos de mágoa, e aflição, não menores eram as causas de consolo, e de prazer: uma nova ordem de coisas ia se iniciar no hemisfério austral (...)”⁴³ Ou seja, apesar de não desejar o mal para a Família Real “amada”, era impossível deixar de demonstrar a felicidade dos súditos do Brasil para tal acontecimento, principalmente para os que habitavam o Rio de Janeiro, que seriam agraciados com a presença física da Real Majestade.

Durante a trajetória da vinda, mais precisamente em 9 de janeiro do 1808, uma tempestade dispersou as naus em dois grupos: uma seguiu a rota e aportou no Rio de Janeiro no dia 17 do mesmo mês e o outro tomou o rumo da Bahia, justamente a que D. João estava e permanecera mais de um mês. Dessa maneira, foram os baianos que tiveram a oportunidade de festejar a chegada do rei na sua presença efetiva e demonstrar sua adoração ao príncipe antes mesmo do

41 Nireu Cavalcanti. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 101.

42 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 33.

43 Idem. p.168.

Rio de Janeiro. D. João permaneceu na Bahia até o dia 26 de fevereiro quando retomou o curso original de sua viagem, conforme o decreto de 27 de novembro de 1807, pelo qual era afirmada a transferência da corte para a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.⁴⁴ A escolha do Rio de Janeiro como sede do aparelho burocrático português para o Padre Perereca tornava a cidade na “mais ditosa do Novo Mundo”, isso por que:

“(…) Rio de Janeiro, aí tens a tua augusta Rainha, e o teu excelso príncipe com a sua real família, as primeiras majestades, que o hemisfério austral viu e conheceu. Estes são os teus soberanos e senhores, descendentes e herdeiros daqueles grandes reis, que te descobriram, te povoaram, e te engrandeceram, ao ponto de serem de hoje em diante a *princesa de toda a América*, e Corte dos senhores reis de Portugal; enche-te de júbilo, salta de prazer, orna-te dos teus mais ricos vestidos, sai ao encontro aos teus soberanos; e recolhe com todo o respeito, e veneração, e amor o príncipe ditoso, que *vem em nome do Senhor* visitar seu povo.”⁴⁵

Foi ainda aportado ainda na Bahia que D. João outorgou o Decreto de 28 de janeiro que abria os portos do Brasil as nações amigas, o que significava a libertação econômica do Brasil.⁴⁶ O soberano mal havia chegado e as mudanças já começavam antes dele mesmo chegar à capital. Padre Perereca compreende a dimensão do acontecimento que rompia com o Pacto colonial e já representava o início da liberdade do Brasil. Sendo assim, Padre Perereca citou a carta do decreto em suas *Memórias*, chegando a afirmar que esta tinha um “teor imortal” e que “era digna de ser gravada em letras de ouro”.⁴⁷

Outro avanço foi Alvará do 1º de abril de 1808 que permitia a abertura de indústrias no Brasil. Padre Perereca falava que o comércio e a indústria são as principais bases da sociedade, e grandeza das nações, franqueadas, e permitidas no Brasil “(...) desde já podemos afoitamente augurar, e predizer que o Brasil dará em poucos anos passos agigantados na carreira da prosperidade”.⁴⁸

Ficava clara a importância da vinda para a perspectiva de um futuro cheio de empreendimentos que pareciam estar permeado na cabeça do Padre Perereca. O Brasil era a tábua de salvação nesse momento tão delicado da história portuguesa, enquanto a vinda da Família Real tornava o horizonte de novas perspectivas, a elevação do *status* Brasil perante as nações europeias. O caráter estrategista do rei com a tomada da decisão da vinda para os Trópicos também é afirmada quando o Padre Perereca fala que D. João “(...) salvou a honra, a glória, e a monarquia portuguesa. A mudança do seu trono ainda a fará mais forte, poderosa, e respeitável”.⁴⁹ Esse pensamento do Padre nos faz lembrar os antigos projetos da fundação de um novo Império Lusitano nos Trópicos, que nesse momento estava perto de se tornar uma realidade. Nesse caso Padre Perereca retratou D. João como um súdito do Antigo Regime deveria retratar sua majestade, atribuindo todas as qualidades que lhe deveria haver para que o tornasse um governante “perfeito”: leal, amoroso, piedoso, generoso e paternal. Vemos esses traços principalmente quando o Príncipe agradava

44 Idem, p. 172.

45 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 174. *Grifos nossos*.

46 Luís Norton. *A corte de Portugal no Brasil*. Notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. p. 43-46.

47 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 170.

48 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 200.

49 Idem, p. 168.

seus súditos com pensões, empregos, postos, ofícios, honras ou mercês. Assim, percebe-se que os favorecidos estão na situação econômica desvantajosa, necessitando dos favores e se submetendo a “economia do dom”, e o outro se submete, obrigado pela “economia da gratidão”, na espera do prestígio social, ou seja, as duas economias baseiam-se na troca de vantagens onde a gratidão torna-se uma obrigação moral.⁵⁰

Recebida a notícia da vinda, logo, os súditos do Rio de Janeiro começaram os preparativos para que houvesse uma fastosa recepção. Era preciso também preparar as acomodações do Príncipe e de toda a comitiva que o acompanhavam, então o cais e o Largo do Paço se tornaram os lugares mais disputados para que os súditos demonstrassem seu zelo por D. João, segundo Padre Perereca. Na visão de Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, as pessoas que trabalhavam na recepção da Família Real mostravam grande satisfação, até mesmo “pessoas da ínfima plebe, e os mesmos escravos, mostravam na alegria de seus semblantes: e para nada faltar do que pudesse suavizar o incômodo porque S. A., e a real família passavam sobre o mar (...)”.⁵¹ Nesse trecho vemos um discurso característica do Antigo Regime, onde toda a população trabalhava feliz pelo bem maior, cada indivíduo satisfeito e exercendo a sua posição hierárquica de maneira não contestável; assim encarnava-se o estereótipo da nação perfeita absolutista.

A Família Real, que estava acostumada à suntuosidade e amplos espaços, neste momento teria que se adaptar a habitações menores e mais modestas. Despreparada para receber uma corte, a cidade precisou se adaptar e remodelar o seu espaço físico. A vida cotidiana dos habitantes da cidade seria modificada em função dos recém-chegados que exigiam modos sofisticados no vestir e hábitos que seguiam o padrão europeu.⁵²

Coube a D. João e sua esposa e seus filhos a acomodação no Paço do Vice-Rei, e a partir daí, Paço Real. Os paços eram de suma importância para qualquer monarca, pois o paço significava ser do rei, ou em nosso caso, do príncipe regente. Afinal, já era uma tradição entre os Bragança mostrar muito luxo no exterior de suas construções e desprezar o interior; porém, nesta situação, seria preciso inserir algumas reformas também.⁵³ O edifício já havia sofrido obras de ampliação para servir de morada para os vice-reis, mas ainda assim era pequeno. Por isso, a medida tomada foi construir uma ponte que ligasse o Paço Real com o Convento do Carmo para que coubesse todo o aparelhado cortesão real.

Foi nesse cenário que ocorreu enfim um dos maiores marcos na história da cidade, o dia 7 de março de 1808, quando atracou no Rio de Janeiro a parte mais importante da corte. A cidade parou, as residências ficaram vazias, pois todos estavam aguardando o momento tão esperado do desembarcar da corte portuguesa. Após o ancoramento da nau do Príncipe Regente no porto carioca, era o momento em que as pessoas mais distintas se dirigiam para terem a honra de beijar a mão de D. João pela primeira vez no Novo Mundo e o desembarque, que acontecera no dia 08 de março de 1808, foi esplêndido segundo o Padre Perereca:

“(…) logo que o Príncipe Regente Nosso Senhor pôs o pé em Terra: Ah! Como poderei descrever o que tive a fortuna de testemunhar nesse ditoso momento? Centenas de fogos subiram ao mesmo tempo no ar: rompeu imediatamente um clamor de vivas sobre vivas; os alegres repiques dos sinos; e os sons dos tambores, e dos instrumentos dos músicos, misturados com o estrondo das salvas, estrépito dos

50 Cf.: António Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal*. v.4: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993.

51 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 169.

52 Leila Mezan Algranti. *D. João VI. Os Bastidores da Independência*. São Paulo: Ática, 1987, p. 33.

53 Lília Moritz Schwarcz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002. p.244.

foguetes, e aplausos do povo, fazia uma estrondosa confusão tão magnífica, majestosa, e arrebatadora, que parecia coisa sobrenatural, e maravilhosa. No meio desta assombrosa confusão de tantos, e tão multiplicados sons diferentes desembarcaram todas as pessoas reais; e juntamente com o Príncipe Regente Nosso Senhor se prostraram diante de um rico altar (...).⁵⁴

A maior parte dos exilados que vieram com a Corte sabia pouco sobre o Rio de Janeiro além da vida “inferior” colonial, de acordo com a historiadora Kirsten Schltz.⁵⁵ A vinda da Corte assegurava a parte mais rica do império luso (o Brasil) e salvava o Reino e a monarquia portuguesa.

No caso dos cortesãos transmigrados portugueses não lhes restava muito mais que a etiqueta, único artifício que lhe conferia identidade como grupo. Nesse sentido, o historiador Jurandir Malerba, em seu estudo *A corte no exílio*, afirma que o comércio dos “intercâmbios mais simbólicos entre soberano e ‘homens bons’ da terra começaram já por ocasião do desembarque da Família Real”, que era o que rendia melhor nesse momento, ou seja, com o exílio da corte portuguesa nos trópicos os cariocas tiveram inúmeras ocasiões para externar seus sentimentos de fidelidade por meio dos cerimoniais, pois todos tinham o direito de beijar a mão do rei, mesmo quem não era nobre nem fidalgo. Era na insaciável busca pelos “bens de prestígio”⁵⁶. A concessão de graças honoríficas, assim como os títulos e lugar nas ordens militares e religiosas eram utilizadas como capital simbólico fundamental para retribuir a fidelidade dos súditos com o rei, e tinham um grande valor. Jurandir Malerba nos mostra que a fim de reforçar a sua legitimidade, o governo trazia os circuitos internos dos palácios as auto representações da realeza, em conjunto amplo aplicado, por exemplo, “no teatro ou na capela ao mesmo tempo em que o rei, ou em círculos maiores, como as aparições públicas da Majestade – tal como se assistiu a aclamação de D. João VI.”⁵⁷ Dessa maneira, os ornamentos oferecidos pelos súditos eram sinais materiais não somente para manifestar o amor e amizade junto ao rei, mas tornava-se viável saber como os súditos se dirigiam ao monarca e identificar esses súditos.

No dia seguinte às 9 da manhã foram levantadas as Armas Reais no pórtico do Palácio, e ao mesmo tempo subiram uma girândola de foguetes, que anunciaram a todos a inauguração da nova residência real. A partir daquele dia todos começaram a chamar a dita chácara Quinta de S. Cristóvão. A grandeza da Quinta era uma légua em circuito, tudo planície, à exceção da colina em que está edificado o Palácio.⁵⁸ S.A.R. querendo gratificar Elias Antônio tão generosa oferta, que os mesmos Fidalgos avaliam em 400.000 cruzados, houve por bem nomeá-lo Comendador da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, e Administrador da mesma Quinta.” O mesmo aconteceu em outros espaços como o Campo de Santana e o Passeio Público. Quanto aos portugueses que acompanharam a Real Família, Padre Perereca escreveu que D. João “Pede gratidão nacional, que não me esqueças dos ilustres, e generosos fidalgos, de pessoas distintas de todas as ordens do Estado (...)”⁵⁹ isso pelo fato de terem largado suas casas, parentes, amigos e a própria pátria para acompanhá-los, pedindo respeito a seus nomes⁶⁰, mas sem citar a fuga de Napoleão Bonaparte.

54 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p.177.

55 Kirsten Schultz. *Op. cit.*, p.71.

56 A elite fluminense que socorreu o rei financeiramente recebeu em troca os “bens de prestígio”: nobilitações, títulos, privilégios, isenções, liberdades e franquias, que não deixavam de ter um retorno materiais, como postos de administração e arrematação de impostos.

57 Jurandir Malerba. *A corte no exílio*. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Cia da Letras, 2000. p.258.

58 Idem.

59 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 190.

60 A relação de nomes dos “excelentíssimos” se encontra em: SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir ao Reino do Brasil*. v.1. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1981, p. 190-191.

Segundo o padre, essas pessoas foram empregadas como confessores, guarda-roupas, capelães, moços da Câmara, etc., damas do Paço, donas da Câmara, açaafatas, etc, médicos, e cirurgiões da Câmara, muitos eclesiásticos seculares, e regulares de várias religiões, muitos na carreira militar como oficiais do exército, e da marinha ou na brigada Real da marinha. Alguns ficaram como desembargadores e oficiais da secretaria do Estado.

A presença de D. João despertou com maior fervor a disputa pelas honrarias entre os súditos e as invejas fizeram surgirem dois partidos: os lisboetas e os brasileiros. Ocorriam outros casos onde a representação do indivíduo falhava e isso poderia significar a sua morte social de acordo com as regras das sociedades de Antigo Regime e, assim, o Rio de Janeiro joanino não ficou de Fora. Segundo o comerciante inglês John Luccock, contemporâneo do Padre Perereca, havia na cidade a história de uma cantiga que ridicularizava os modos e os vícios de um indivíduo. A canção tornou-se tão popular que o sujeito ou abandonou a cidade, ou se escondeu nela, pois ninguém mais o via por ela.⁶¹ Esse é um exemplo duro de coerção dos hábitos. Nessa sociedade, quando a representação do indivíduo é desacreditada, ele se sente constrangido, envergonhado, e os outros indivíduos se tornam hostis.⁶² Quando ocorre uma transformação estrutural da sociedade, aumenta a compulsão por policiar o próprio comportamento.⁶³ A ação pedagógica de tais práticas sobre o público exercem uma ação corretora sobre os costumes quando dotados de um sinal negativo.⁶⁴

Outra mudança ocorrida, essa no ano da queda de Napoleão Bonaparte, em 1814, foi a abertura ao público a Real Biblioteca para incentivar o estudo das “letras divinas” em benefício aos seus vassallos. A biblioteca ficava aberta durante as manhã e tardes, exceto no domingo, dias santos ou feriados por motivo de anos da Família Real.⁶⁵ Essa era pouco frequentada, pois sabemos que a maioria dos habitantes do Rio de Janeiro nesse período era analfabeta, bem como vimos no primeiro capítulo.

O decreto da elevação do Brasil a Reino foi citado no início do segundo volume das *Memórias* do Padre Perereca. Luís Gonçalves dos Santos afirmava que D. João reconhecia seria “(...) vantajosa aos Meus fies Vassallos em geral uma perfeita união, e identidade entre Meus Reinos (...) erigindo a estes aquela graduação, e categoria política (...)”⁶⁶, ou seja, dava ao Brasil privilégios, honra e graduação, enquanto as colônias hispânicas lutavam para se tornarem governos republicanos. Para acalmar os ânimos dos brasileiros, lhe era concedida a graça de se tornar um Reino. Como de praxe, ocorreram demonstrações públicas de afeto organizadas pela polícia e pela Câmara, a cerimônia do beija-mão, o Te Deum, bem como a concessão de mercês aos vassallos e três dias de iluminação para a comemoração de tal feito.

Em 1817, a aclamação de D. João fora desmarcada devido à notícia da Insurreição Pernambucana, a qual a padre lamenta afirmando que os habitantes de Recife tinham cometido “os mais horrorosos delitos contra a autoridade real, e a integridade da nação, arvorando a bandeira da rebelião, e proclamando a decantada liberdade dos Jacobinos.”⁶⁷ Com a presença de um monarca nos trópicos a ideia da proclamação de uma república era uma afronta. Para muitos vassallos, principalmente os elitistas, que estavam inseridos na lógica do Antigo Regime, esse ideal

61 Idem. p. 165.

62 Erwing Goffman. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposos. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 21.

63 Norbert Elias. *O processo civilizado: Uma História dos Costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 93.

64 Luiz Roberto Salinas Fortes. *Paradoxo do espetáculo*: política e poética em Rousseau. São Paulo: Discurso Editorial, 1997. p. 158.

65 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, p. 329.

66 Luís Gonçalves dos Santos. *Op. cit.*, v.2 p. 26.

67 Idem. p. 94.

republicano tornava-se repulso.

Chegando a sua última nota, o Padre Perereca diz que a partir do dia 26 de fevereiro do mesmo ano começava uma nova fase, pois D. João regressava a Portugal devido a proclamação da Constituição Geral da Monarquia Portuguesa. Portanto, ele encerra suas Memórias afirmando faltarem “forças do espírito e do corpo, quanto por conhecer a dificuldade de comemorar os sucessos acontecidos no meio de ânimos, e de interesses difíceis de conciliar”.⁶⁸ Parece-nos que a volta de d. João tenha gerado certa insegurança aos que viviam aqui. Poderia os que viviam no Brasil perderem seus privilégios e regredirem a condição de colônia? De fato, a partida do soberano nos trópicos, mesmo deixando seu primogênito, D. Pedro, não inspirava mais o Padre Perereca a descrever a cidade, mas somente de lembrar os anos felizes do período joanino.

Neste artigo, a proposta foi analisar as *Memórias para servir ao Reino do Brasil*, escrita por Luís Gonçalves dos Santos, também conhecido como Padre Perereca, obra composta em dois volumes. Através da leitura das *Memórias* escritas entre 1808 e 1821, período em que a Família Real portuguesa permaneceu no Brasil, tentamos compreender as principais características e o pensamento católico e monarquista presente na obra. Assim, foi de nossa pretensão analisar *Memórias* como fruto de um pensamento áulico presente no imaginário “inventado” pelo Padre Perereca, que por muitas vezes fazia a descrição dos acontecimentos de forma positiva à favor do monarca e de seu governo. Isso porque ocorreram mudanças na vida social dos habitantes depois desse grande acontecimento. Mesmo assim, o Padre Perereca era uma figura especial, pois não frequentou uma universidade portuguesa ou europeia⁶⁹, mas tornou-se um professor conhecedor de diversas línguas, como vimos. As *Memórias* seguiam um discurso propagandista do pós-independência legitimando a os poderes da Igreja Católica e do soberano regente. Por isso, D. João, nas descrições do Padre Perereca, era visto como uma figura divina, pura e bondosa. A sociedade perfeita para uma sociedade nos parâmetros do Antigo Regime devia ser vista como perfeita (mesmo que não fosse), com um soberano benevolente, seus súditos sempre satisfeitos e felizes com o seu governo, assim com o apoio da Igreja parecia que o reino tinha tudo para progredir. Porém, lembremos-vos das tensões sociais carregadas pela sociedade de corte. Como as rivalidades entre súditos portugueses e os súditos que habitavam no Brasil aumentaram com a permanência da corte lusitana, a aproximação das pessoas reais traziam *status* social e benefícios materiais. Sendo assim, concluímos que as *Memórias* também tenham sido usadas como uma forma de promoção social para Luís Gonçalves dos Santos.

Desse modo, observamos por meio das fontes que analisamos a comprovação de as *Memórias* do padre Perereca tinham a intenção de acentuara grandiosidade que a cidade adquiriu e a capacidade da cidade de manter a Coroa Real, a intenção era que a cidade torna-se sede fixa da monarquia portuguesa, o que acabou não ocorrendo para a tristeza do padre Perereca expressada em suas últimas páginas. Contudo, o importante era mostrar a felicidade dos súditos com as ações tomadas pelo soberano e transmitir uma imagem paternal e benevolente do mesmo, pois essa era a sociedade idealizada pelo padre Perereca. Eram essas as características de uma sociedade “perfeita” e “civilizada” aos moldes do Antigo Regime que em territórios do Brasil tomou para si alguns aspectos tropicais, como a presença da escravidão. Por isso Oliveira Lima já chamava o Rio de Janeiro de Versalhes Tropical, devido às transformações ocorridas em 1808, mas o que mudou só foi o que era conveniente para a Coroa naquele momento. Mesmo assim, não podemos negar que a cidade sofreu uma mutação veloz em diferentes âmbitos, um exemplo foi a mudança na vida cultural de todos os habitantes através da convivência com muitos estrangeiros na cidade, além da adaptação aos novos dos padrões sociais, como idas ao teatro e vida noturna

68 Idem. p. 273.

69 Isso porque antes da vinda da Família Real não havia uma Universidade no Brasil.

passaram a fazer parte do cotidiano dos indivíduos que tinham modos considerados rudes devido a vida colonial. Apesar da visão do Padre Perereca em suas *Memórias* ser apresentada como a popular, concluímos que esta fora forjada para a legitimação poder real até o período da pós-independência construindo uma história áulica para os habitantes do Brasil e tornando o Rio de Janeiro na mais europeizada das cidades do Brasil, servindo de modelo para as demais.

Artigo recebido para publicação em 17 de setembro de 2013.